



# MEMÓRIA E ESQUECIMENTO EM CONTEXTO DE PÓS- GUERRA

| Tema: [Artigos](#) | Autor: [Oliveira Anestesia](#) |

---

## MEMÓRIA E ESQUECIMENTO EM CONTEXTO DE PÓS-GUERRA

EM ANGOLA: A discussão sobre memória em Angola é recente e nos remete a poucos autores como a historiadora Conceição Neto (2015) em a *“memória como matéria inflamável: reflexões a partir do caso angolano”* que a título individual ou mesmo colectivo vai repescando trilhos de acontecimentos passados angolanos cujos actores encontram-se em vida ou em via de extinção.

Todavia, para este texto, a discussão sempre é encaminhada junto de clássicos como Maurice Halbwachs (1990; 2004) *“em los marcos sociales de la memoria”* e *“Memória Colectiva”*; Paul Ricoeur (2000; 2014) com as obras *“Memória, história, esquecimento”* e *“Escrever história e retratar o passado”* e *memoristas intermédios como é o caso de Michael Pollak (1989) em “Memória, Esquecimento e Silêncio”*; Elizabeth Jelin, (2002) na obra *“Los trabajos de la memoria”* e o Primo LEVI (1989) com o seu *“Os naufragos e os sobreviventes”*.

As memórias dos indivíduos são portadoras da representação geral da sociedade, visão social, necessidades e valores colectivos como afirma Jelin (2002). A memória coletiva é o conjunto de representações sociais acerca do passado que cada grupo produz, institucionaliza, guarda e transmite através da interação de seus membros (Halbwachs, 1990).

Alias, *“só podemos lembrar quando é possível recuperar a posição de eventos passados nos ditames da memória coletiva”* (Idem: 172). Do outro lado, o esquecimento neste texto é definido por Jelin (2002, p. 29) como *“eventos traumáticos que produzem alguma incapacidade narrativa ou buracos na memória, sendo que esquecer não é ausência ou vazio, é a presença dessa ausência”* o que pressupõe que no pós-guerra, as testemunhas podem ser impelidas de não mais falar sobre os eventos passados por conta da situação traumática vivida, pelo terror ou por alguma mudança de *status quo* que a situação terá alcançado no passado ou no presente.

O esquecimento aparece sobretudo com a linguagem quando a fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, pode ocasionar limitações no relato.

Angola foi colonizada por cerca de quatro séculos pelos portugueses. Depois de lutas de guerrilha que terá durado 14 anos e conduzidas pelo Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União pela

Libertação Total de Angola (UNITA), Portugal aceitou assinar o Acordo de Alvor a 15 de Janeiro de 1975, que garantiria a Angola a conquista de sua independência a 11 de Novembro de 1975.

No entanto, o conflito entre os três movimentos foi tornando-se mais violento, tendo iniciado a Guerra Civil na pós-independência que durou 27 anos e historicamente pode ser dividida em três períodos - de 1975 a 1991, 1992 a 1994 e 1998 a 2002 - com períodos de paz frágeis.

O saldo sobre a guerra é enorme, tendo malgrado mais de 500 mil pessoas; um milhão de deslocados internamente; devastou a infraestrutura de Angola e danificou gravemente a administração pública, a economia e as instituições religiosas do país<sup>1</sup>. Destarte, o ambiente bélico fomentou traumas para quem foi alvo de torturas físicas e psicológicas, desaparecimento de familiares e fez cúmplices em circuitos amistosos ou familiares.

A historiadora Conceição Neto (2002, p. 02) argumenta que as memórias “importam conhecê-las porque são frequentemente invocadas para legitimar ou criticar atitudes e decisões, mas também porque inevitavelmente impregnam o comportamento político dos angolanos de hoje, mesmo quando não temos consciência disso”. Os interesses actuais podem justificar a busca por uma memória em detrimento de outras memórias, fazendo emergir uma espécie de selectividade sobre o que recordar e por que recordar.

Ao entrar em contacto com testemunhas de determinados acontecimentos ocorridos durante a guerra fratricida em Angola, percebe-se que a mudança do sujeito de um grupo para outro ou a assumpção de uma responsabilidade política ou social, inverte necessariamente a lógica das suas memórias para salvaguardar os interesses vinculados a nova realidade.

Alguns eventos traumáticos sucedem gerações em longos períodos históricos. É preciso acolher a ideia de que a “memória é lembrança de uma experiência anterior que imbrica-se entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido, mesmo que absorva o esquecimento (Jelin, 2002, p.34).

No caso de Angola, os acontecimentos do 27 de Maio de 1977, o Setembro Vermelho na Jamba em 1983 e os confrontos que se seguiram ao período pós eleitoral de 1992 imbricam as forças beligerantes (hoje partidos políticos) do antigo conflito armado nos protagonistas dos silenciamentos e esquecimentos através da construção de políticas de memórias oficiais que visam ofuscar a narrativa dos que veem de baixo e, como realça Pollak(1989, p. 15) “o esquecimento e respetivos silenciamentos aproximam-se as narrativas socialmente aceitas, comemorações públicas, enquadramento social e deixam a sua marca em processos de negociação, autorizações e silêncios, no que pode e não pode ser dito, nas disjunções entre narrativas privadas e discursos públicos”.

Podemos concluir que a memória serve parâmetros próprios no seio colectivo que vai ligado à manutenção dos valores e torna-se num instrumento privilegiado de transformação social, bem como de reconciliação nacional.

Recordar não é somente interpretar no presente o já vivido, é também escolher o que vale ser recordado para salvaguardar a sobrevivência do grupo em processos de pós-guerra.

É preciso ter algum cuidado com aquilo que se vai esquecendo sobre as nossas memórias por não serem escritas e arquivadas. Os sujeitos que vivenciaram os acontecimentos e outros que tiveram a transmissão morrem a cada dia que passa e corremos o risco de nunca mais escrever sobre as zonas cinzentas da história de Angola.

## BIBLIOGRAFIA

=====

Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra\\_Civil\\_Angolana](https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_Civil_Angolana). Consultado dia 04 de Junho de 2021, pelas 07h30. Halbwachs, Maurice: (2004) Los marcos sociales de la memoria. Venezuela: Editora Anthropos. (1990). Memória colectiva. S. Paulo, Editora Revista dos Tribunais LTDA. JELIN, Elizabeth (2002). Los trabajos de la memoria. Impreso en closas-orcoyen, s. l. polígono igarsa. Paracuellos de jarama (Madrid). LEVI, Primo (1989). Os naufragos e os sobreviventes. Paris: Gallimard, Arcades. NETO, Maria da Conceição: (2002). Do passado para o futuro – que papel para as autoridades tradicionais? National Democratic Institute)/FES (Fundação Friedrich Ebert) Universidade Católica de Angola e ADRA-Huambo (Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente). (2015). A memória como matéria inflamável: reflexões a partir do caso angolano. V coloquio da Faculdade de Ciências Sociais: Angola, 40 anos de Independência: Memórias, identidades, cidadania e desenvolvimento. POLLAK, Michael: (1989). Memória, Esquecimento e Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro.

(1992). Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro. (2010). A Gestão do indizível. Revista do instituto cultural judaico Marc. Chagail. RICOEUR, Paul: (2014). Memória, história, esquecimento. Campinas, SP Editora da UNICAMP. (2000)Escrever história e retratar o passado. Annales HSS, Paris.

=====

Dados biográficos Oliveira Adão Miguel, Licenciado em Ciências da Educação pelo ISCED-HUILA, Angola, na opção História; fez o curso de mestrado em Ensino da História da África pela mesma instituição; é doutorando em Memória: cultura e sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Atualmente trabalha em comissão de serviço como Director do colégio público nº915 no município da Matala e é colaborador das faculdades, Instituto Superior Politécnico Independente da Huíla e ISCED-Huíla, lecionando as cadeiras de Sociologia das Minorias Étnicas, Antropologia Cultural e Método de Recolha e Pesquisa Histórica. Correio electrónico: oliveiraadaomiguel@gmail.com